

ECODESENVOLVIMENTO. UMA PROPOSTA PARA A PESCA ARTESANAL NO ESTUÁRIO DA LAGUNA DOS PATOS –RS¹

Quaresma de Paula, Cristiano – cqpgeo@gmail.com²

Freitas Duarte, Raquel – kelfduarte@gmail.com²

Cataneo da Silveira, Dilermando – dilercat@ig.com.br³

Resumo:

O presente trabalho propõe discutir o melhor modelo de desenvolvimento para a pesca artesanal no Estuário da Laguna dos Patos. Para tanto faz três aproximações, a primeira em escala nacional discute o conceito de desenvolvimento econômico optado pelo governo federal na década de 60 para a zona costeira brasileira, que foi extremamente direcionado à pesca industrial e resultou no esgotamento dos estoques pesqueiros e conseqüentemente a indústria da pesca entrou em colapso.

Nos anos 90 novas políticas foram desenvolvidas, entretanto mais direcionadas ao pescador artesanal que se encontrava em estado de miséria. Neste contexto, no Estuário da Laguna dos Patos – RS, em 1996, foi criado o Fórum da Lagoa dos Patos. Entre as propostas deste espaço, salientamos o incentivo ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, acreditamos que não é o conceito mais apropriado, pois vem mascarar a intenção sempre presente de desenvolvimento econômico e não dá a atenção devida aos conhecimentos tradicionais.

Nossa terceira aproximação é feita na escala local, na Praiaira do Pôr-do-sol. Neste lugar, vivem pescadores artesanais que constituem populações tradicionais por “fazerem uso dos recursos naturais com técnicas de produção artesanal, baseadas em conhecimentos tradicionais”. Contudo, é imprescindível levar em consideração que estes referidos agentes não são “fenômenos fixos no tempo, portanto integram traços de modernidade”.

Assim defendemos o conceito de ecodesenvolvimento para a pesca no referido estuário. Isto porque notamos ações de comunidades de pescadores, como as da Praiaira do Pôr-do-sol, que aplicam saberes ambientais passados por gerações. Logo, acreditamos que esses conhecimentos tradicionais devem ser valorizados e incorporados em políticas que permitam a reprodução social dessas comunidades tradicionais e a preservação ambiental.

¹ Artigo apresentado na disciplina Geografia e Meio Ambiente do Curso de Graduação em Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

² Estudante do Curso de Graduação em Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

³ Orientador do Artigo. Professor da disciplina Geografia e Meio Ambiente do Curso de Graduação em Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande – FURG no primeiro semestre de 2008.

Abstract:

This essay proposes to discuss the Best way of development of the artisan fishibg in the *Laguna dos Pato*'s estuary, and in order to satisfact this, we elaborate on three approaches, the first on national scale, talks about the concept of economic development chosen by the federal government in the 1960's for the brasilian coast, which was extremely directed to the industrial fishing and resulted in the exhaustion of fishing resources and, consenquently, the fishing industry collapsed.

In the 1990's, new policies were developed, however, they were directed to the artisan fisherman which was in a strong poverty condition. In this context, in the Pato's lagoon estuary – RS, in 1996, was created The Pato's lagoon's forum and one of the proposals of this forum is the support to the sustainable development. However, we do not believe it is the most appropriate concept once it masks the intention always present of economic development and does not give the due attention to the traditional knowledge.

Our third approach relates to the local scale, in the Praieira Pôr-do-sol. In this place, artisan fisherman live which constitute traditional population once they use the natural resources with artisan techniques of production, based on traditional knowledge. However, it is essential to take in account that these agents are not 'time-fixed phenomena', therefore, integrate modernity characteristics.

So, we support the concept of ecodevelopment for the fishing in the cited estuary and we do so because one can notice the actions of communities as the 'Praieira do Pôr-do-sol that apply environmental knowledge through generations. We believe that these traditional knowledge must receive the correct value and should be taken in consideration in policies that allow the social 'reproduction' of these communities and environmental preservation.

INRODUÇÃO

O presente trabalho, em um primeiro momento, expõe o produto de uma pesquisa exploratória, baseada em dados secundários – livros e artigos científicos, publicados sobre a questão ambiental e pesca artesanal. Portanto, sistematiza e problematiza a discussão sobre o desenvolvimento do setor pesqueiro, levando em consideração a questão ambiental. Em seguida, apresenta uma análise a partir da escala local defendendo o conceito de Ecodesenvolvimento para a pesca artesanal, realizada na Praiaira do Pôr-do-sol, Rio Grande - RS, tendo em vista que os pescadores artesanais compõem populações tradicionais que fazem uso de recursos naturais com técnicas de produção artesanal, baseada nos conhecimentos tradicionais. Para SACHS:

(...) Podemos resumir a evolução da idéia de desenvolvimento, no último século, apontando para a sua complexificação, apresentada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável. (2004:37)

No Brasil a atividade pesqueira antecede a chegada dos navegadores portugueses. Os indígenas já capturavam peixes, moluscos e crustáceos que constituem parte importante da sua dieta alimentar. Esta atividade continuou a se desenvolver no Brasil Colônia e deu origem a inúmeras culturas litorâneas ligadas à pesca, onde podemos citar a do jangadeiro, em todo litoral nordestino, do caiçara, no litoral entre Rio de Janeiro e São Paulo, e do açoriano no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DIEGUES, 1999).

A partir da década de 60 o Estado Brasileiro desenvolveu políticas para o desenvolvimento econômico do setor. Contudo, o intenso fomento ao setor industrial pesqueiro e o total descaso com a pesca artesanal, que até então representava a principal fonte de abastecimento local e de exportações de pescado, gerou intensos problemas ambientais e sociais que podem ser observados nos dias de hoje (PASQUOTO, 2007).

Em julho de 1996, diante das necessidades socioeconômicas enfrentadas pelos pescadores artesanais, foi estabelecido o Fórum da Lagoa dos Patos. Entre as competências deste espaço, destacamos o incentivo ao desenvolvimento sustentável (KALIKOSKI; SILVA, 2007). No entanto o caráter ambíguo e contraditório deste conceito leva-o a ser considerado vulnerável.

Diante do exposto, pretendemos fazer três aproximações. A primeira, em escala nacional - Brasil, onde apresentamos o conceito de desenvolvimento econômico que foi adotado pelo Governo Federal na década de 60 e que trouxe consequências graves para o setor pesqueiro artesanal. Em nossa segunda aproximação, escala regional, discutimos o conceito de desenvolvimento sustentável proposto no Fórum da Lagoa dos Patos para a atividade pesqueira artesanal presente nos municípios do entorno da Laguna dos Patos-RS. Por fim, apresentaremos a proposta de adoção do conceito de ecodesenvolvimento, em escala local, para a pesca artesanal praticada no Lugar Praiaira do Pôr-do-sol, intrinseca à Laguna dos Patos no Município de Rio Grande – RS.

PRIMEIRA APROXIMAÇÃO...

Até meados do século XX o setor pesqueiro brasileiro se desenvolveu com muito pouco apoio estatal. Foi em 1967 que, através do Decreto-Lei nº 221, se definiu claramente uma política de estímulo ao setor pesqueiro. Ressaltamos que esta última contempla definições básicas sobre a atividade pesqueira e o embasamento legal para o seu ordenamento, e que foi extremamente direcionada ao setor industrial, que passou a receber incentivos fiscais (PASQUOTO, 2007).

Esta visão de desenvolvimento esta alicerçada no darwinismo social, que apresenta a idéia de evolução sucessiva de estágios, onde assim como a natureza as sociedades humanas evoluiriam (ROSTOW, 1971). Nesta ótica a razão tem que ser instrumental e movida na lógica da acumulação, onde qualquer outra razão senão a industrial é desconsiderada (GONÇALVES, 2007).

Segundo Diegues (1988), neste período a pesca artesanal, além de receber somente 12% dos incentivos fiscais com relação aos fundos investidos na indústria pesqueira, não teve acesso ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Isto porque, sendo uma atividade aleatória e com freqüente falta de capitalização, não poderia atender às exigências bancárias. Este quadro veio a configurar problemas sociais aos pescadores artesanais para assegurarem sua posição social nos dias de hoje (PASQUOTO, 2007).

Neste mesmo contexto o Rio Grande do Sul deixa de ter a pesca artesanal como única fonte de abastecimento dos mercados locais e do mercado de exportação de pescado salgado, e passa a predominar a pesca industrial. As restrições impostas pela Argentina e pelo Uruguai sobre a atuação de embarcações brasileiras em seus territórios resultaram na atuação das embarcações industriais, muitas vezes de forma predatória, nas proximidades da Barra de Rio Grande, o que comprometeu os cardumes das espécies do oceano, que são objeto de trabalho dos pescadores artesanais no Estuário da Laguna dos Patos (PASQUOTO, 2007).

Até o início dos anos 80 o Estuário da Laguna dos Patos era o principal local de pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul. Apesar disso, a partir de 1982 as capturas na região começaram a cair. Na atualidade, a pesca estuarina representa uma baixa produção e está baseada principalmente na captura do camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) e safras ocasionais de tainha (*Mugil platanus*) e corvina (*Micropogonias furnieri*) (KALIKOSKI, SILVA, 2007).

É importante salientarmos que a opção pelo desenvolvimento econômico “a qualquer custo” tomado pelo governo brasileiro nos anos 60, com intenso incentivo à produção pesqueira industrial teve seu ápice em 1985, quando esta produção chegou a 971,5 mil toneladas. No entanto, a partir desse ano, a produção pesqueira industrial brasileira começou a declinar chegando a 697 mil toneladas em 1994 (PASQUOTO, 2007).

A orientação segundo princípios do mercado e a busca pela lucratividade, produtividade e competitividade máximas (LIMA, 1997), que são inerentes ao processo de reprodução e expansão do capital, resultam em uma considerável perversão socio-ambiental. Além do esgotamento dos estoques pesqueiros, acrescenta-se a situação de miséria que se encontram os pescadores artesanais e os desempregados da indústria pesqueira demitidos na década de 80, durante a crise do setor.

Na atualidade o Estado Brasileiro considera os pescadores artesanais agentes sociais frágeis, por isso, a partir dos anos 90, são tomados como prioridade no acesso a algumas políticas

públicas. Entre estas destacamos a criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, acesso ao PRONAF Pesca, RS-Rural e Seguro Desemprego para Pescadores (CONTRIM, 2008). Mesmo assim, estas iniciativas ainda não são suficientes para conceder ao pescador condições mínimas para a sua reprodução social.

O PRONAF Pesca - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pretende “suprir a falta de políticas públicas à pesca artesanal”, trata-se de gerar renda e emprego estabelecendo um padrão de desenvolvimento sustentável, beneficiando a sociedade no âmbito econômico, social e ambiental (SOUZA; PIT, 2008). O governo do Rio Grande do Sul propõe algo semelhante com o RS-Rural.

Além dessas políticas que incentivam desenvolvimento sustentável à pesca artesanal, o governo federal, para evitar a pesca predatória e garantir uma renda mínima ao pescador artesanal, concedeu a categoria o Seguro Desemprego. Beneficiado por este, o pescador artesanal é proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período defeso – enquanto as espécies se reproduzem (SOUZA; PIT, 2008).

SEGUNDA APROXIMAÇÃO...

Tentando amenisar a situação de miséria em que se encontram os pescadores artesanais do Estuário da Laguna dos Patos, em 1996, foi criado o Fórum da Lagoa dos Patos, por iniciativa da Pastoral do Pescador; CEPERG (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros, Lagunares e Estuarinos de Rio Grande), ligado ao IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e das Colônias de Pescadores (Z1 – Rio Grande, Z2 – São José do Norte, Z3 - Pelotas e Z8 – São Lourenço do Sul). Este órgão abrange os municípios de Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Pelotas, conhecidos por serem de tradição pesqueira.

O Fórum da Lagoa dos Patos é um órgão colegiado de função cooperativa com o setor pesqueiro no âmbito político, econômico e jurídico, e é composto por 22 instituições, sendo elas entidades e representantes da sociedade civil organizada e poderes públicos dos municípios do entorno do Estuário da Laguna dos Patos. Logo, representa uma proposta local para a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Para tanto, ressaltamos que este espaço, procura incentivar o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável ficou popularizado no Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”. Em síntese, ele propõe atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras também terem suas necessidades garantidas (BASSO, 2000). É incorporada a este conceito uma perspectiva integradora que articula economia, ecologia e política. Além disso, percebemos outros fatores positivos como a visão a longo prazo, “sintonizada com os ciclos biofísicos e com as gerações futuras e o tratamento político do problema ecológico que substitui a visão meramente técnica antes predominante” (LIMA, 1997).

No caso Fórum da Lagoa dos Patos, a questão do desenvolvimento sustentável está implícita na sua finalidade de defesa, preservação e conservação do meio ambiente no setor pesqueiro, bem como a promoção do desenvolvimento econômico, social e do combate à pobreza. Este espaço proporcionou discussões referentes ao pagamento de salário-defeso para o pescador artesanal, manutenção dos estoques pesqueiros, obtenção de políticas públicas e

valorização da pesca artesanal, incentivo à criação da parceria entre IBAMA e Capitania dos Portos com a finalidade de fiscalização da atividade pesqueira, e o retorno ao IBAMA do licenciamento ambiental que em 1999 havia sido transferido ao Ministério da Agricultura e Abastecimento.

Um importante avanço, fruto do Fórum da Lagoa dos Patos, foi à inserção dos pescadores artesanais desta área em políticas públicas do governo federal. Para Carlos Walter Porto Gonçalves, trata-se de uma nova perspectiva para o trato da questão ambiental. O autor destaca a importância de conceder o Seguro Desemprego ao pescador no período defeso:

A proposta de salário-defeso é uma idéia originalíssima, na medida em que mediante ela a sociedade preserva o que não é o homem – o rio, a praia, a lagoa e seus peixes – e, ao mesmo tempo preserva os pescadores e sua cultura. E com um acréscimo, que é de considerar o conhecimento do pescador um conhecimento válido o que é um avanço no sentido de considerá-lo um cidadão e, portanto portador de direitos e, mais do que isso, protagonista de direito. Nessa proposta não se tem que escolher entre a natureza e a cultura, ou entre o homem de um lado e a natureza, de outro. Entre o peixe e o pescador! (2007:389)

É indiscutível a atenção dada à pesca artesanal a partir do Fórum da Lagoa dos Patos. Contudo, o empenho nesse momento é de discutir se realmente o conceito de desenvolvimento sustentável é o melhor a ser adotado a fim de propor o desenvolvimento da pesca artesanal no referido estuário.

Devemos levar em consideração que enquanto inserido no modo de produção capitalista o desenvolvimento sustentável encontra barreiras, talvez intransponíveis, ou então é utilizado pelo próprio sistema. A tendência economicista do conceito resulta na valorização da dimensão econômica do desenvolvimento em detrimento de aspectos éticos, culturais, sociais e políticos, embora na teoria represente uma perspectiva integradora (LIMA, 1997, apud BASSO, 2000). Para Boff (1997) este conceito é uma armadilha do eco-capitalismo para apropriar-se do discurso ecológico e esvaziá-lo, pois são duas palavras que se contradizem (BASSO, 2000).

Outro ponto a destacar é a reduzida participação direta dos pescadores no processo de gestão compartilhada proposto pelo Fórum da Lagoa dos Patos. Esta problemática é tratada por Kalikoski; Silva:

Uma análise feita através das entrevistas e da participação nas reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos demonstra que ele carece ainda do envolvimento do pescador e que há um problema sério de representatividade dos interesses dos pescadores, pelas colônias... (2007:141).

As ações do sistema de gestão compartilhada do Fórum da Lagoa dos Patos são decididas através de discussões e voto. As discussões são abertas à comunidade, logo o pescador também pode participar. Contudo, o voto tem caráter institucional, assim a representatividade dos interesses dos pescadores é reduzida à Pastoral dos Pescadores, Colônias de Pescadores e Associações de Pescadores.

TERCEIRA APROXIMAÇÃO...

Dando continuidade ao trabalho, partiu-se para uma análise em escala local, para discutir as particularidades observadas em ações de pescadores artesanais na Praiaira do Pôr-do-sol (Figura 1) que está situada na margem da Lagoa dos Patos, na extensão da Rua Henrique Pancada, no município de Rio Grande, RS.

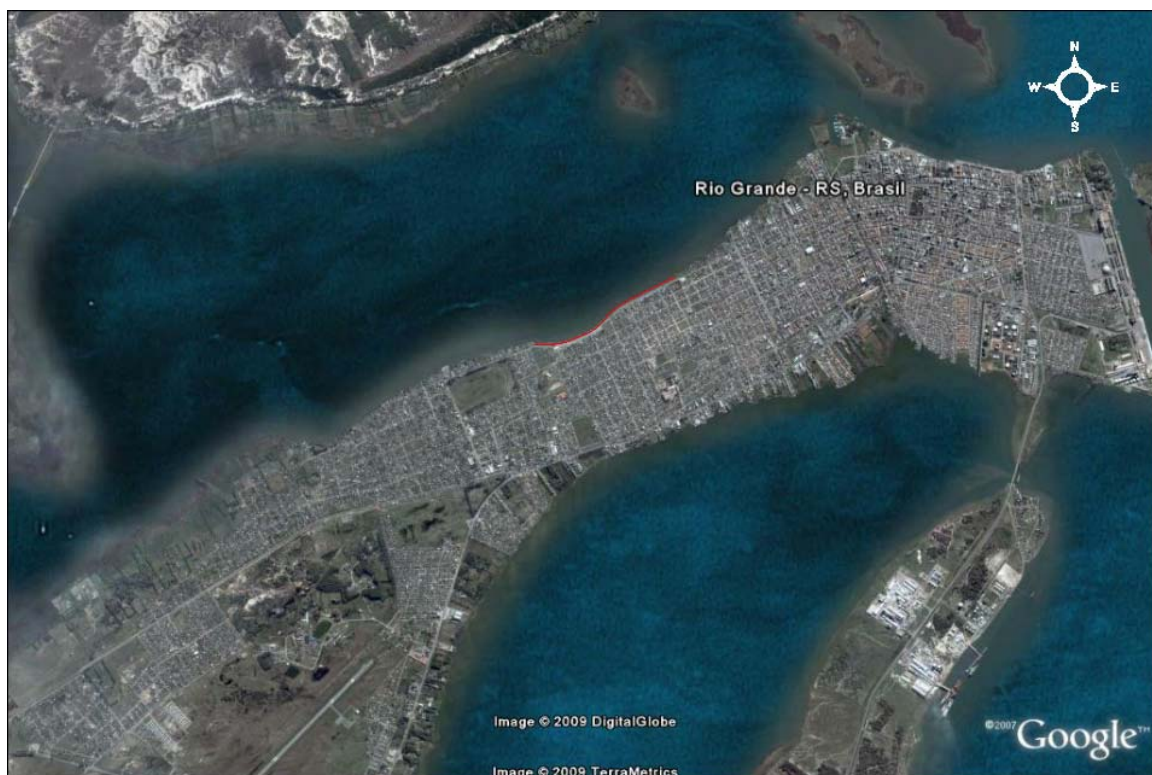


Figura 1: Município de Rio Grande, destacando o Lugar Praiaira do Pôr-do-sol no traçado em vermelho. Fonte: Google Earth.

A finalidade de preservação ambiental para lugares como a Praiaira do Pôr-do-sol está expressa na esfera federal através da resolução N° 303, de 20 de março de 2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que define que em áreas ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de trinta metros, em áreas urbanas consolidadas, são consideradas Áreas de Preservação Permanente. Tal incentivo, também está previsto em nível municipal no Plano Diretor do Município de Rio Grande – RS, Lei N° 6.585, de 20 de agosto de 2008 que considera a Praiaira do Pôr-do-sol uma Área Funcional pois é destinada a assegurar a preservação, restauração ou valorização, conforme o caso, do patrimônio ambiental existente.

Acreditamos que os pescadores artesanais dessa localidade expressam uma função ímpar na preservação do ambiente. Isto porque, os mesmos possuem um nível de organização que permite extrair os recursos naturais, sem agredir a Laguna dos Patos. Acreditamos que neste caso a análise em nível local é pertinente pois concordamos com Prost :

Mas também é âmbito do lugar que se formam as resistências ao modelo econômico hegemônico; ele forma lócus de solidariedade orgânica de grupos marginalizados, que passam a se organizar no intuito de reverter o quadro de segregação socioeconômica e cultural crescente (2007: 143).

Observamos que nessa localidade, existem pescadores artesanais que constituem populações tradicionais por “fazerem uso dos recursos naturais com técnicas de produção artesanal, baseada em conhecimentos tradicionais” (IDEM,2007). Sabe-se que populações tradicionais não são “fenômenos fixos no tempo, portanto integram traços de modernidade” (IDEM,2007). Na Praiaira do Pôr-do-sol estes traços são facilmente percebidos, principalmente por estar situada no desdobramento do espaço urbano do município de Rio Grande – RS (Figura 2).

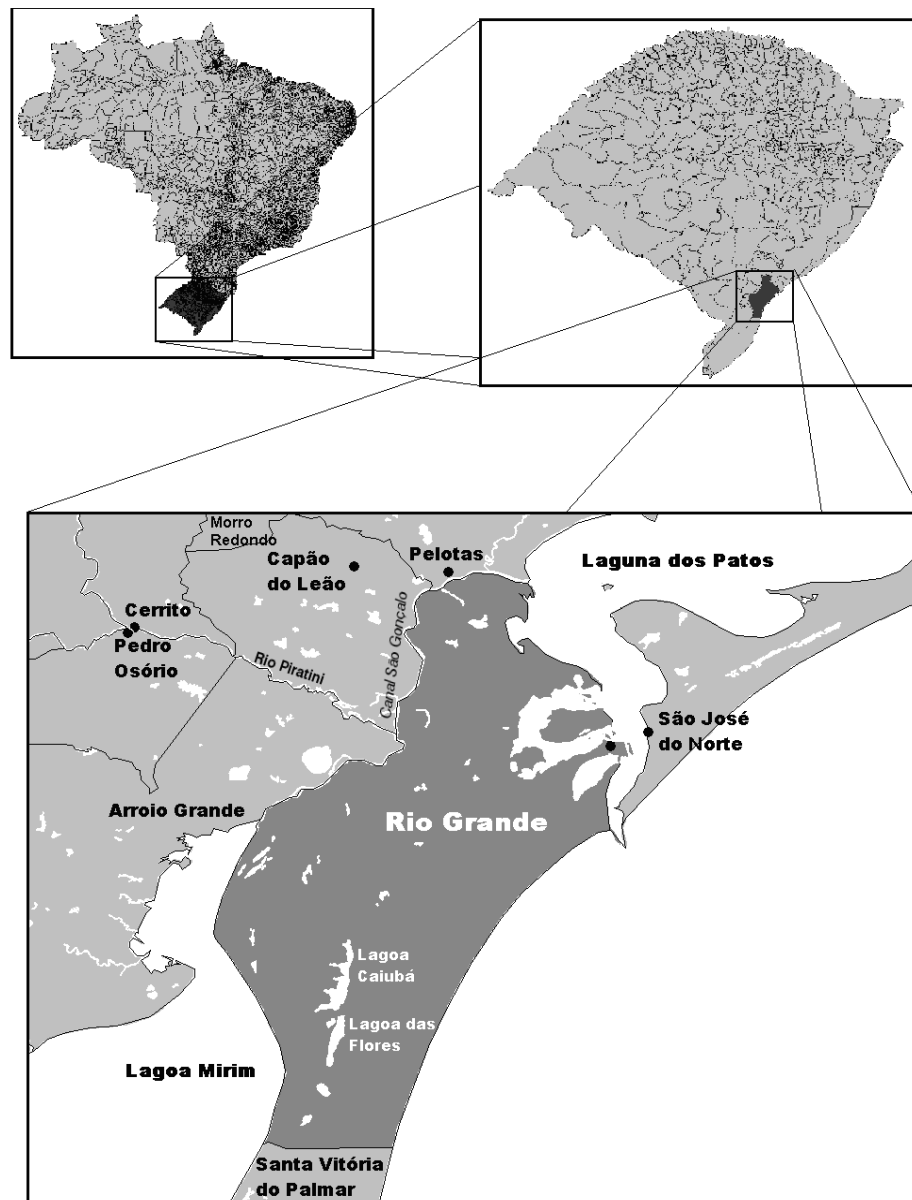


Figura 2: Localização do Município de Rio Grande – RS. Fonte: Edílson W. Pedroso Júnior - Geógrafo.

Muitos atores hegemônicos consideram os modos de vida e de trabalhos tradicionais como freios ao desenvolvimento da sociedade. Contudo, a partir dos anos 70 e 80, admite-se a importância dos saberes tradicionais para o manejo dos ecossistemas ou a agregação de valor aos recursos naturais (IDEM, 2007).

Adotaremos nessa abordagem o conceito de Ecodesenvolvimento proposto por Sachs (Apud LAYRARGUES, 1997:7).

O Ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo sem negar a importância dos intercâmbios. O Ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das formulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço acessivo à ajuda externa, dá voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que inspirada em soluções alheias. (PROST, 2007:142)

Ao longo da Praiaira do Pôr do Sol existem portos artesanais que são feitos e monitorados pelos pescadores que atracam suas pequenas embarcações. Observa-se que nesses lugares, juntam-se pescadores com vínculos de afetividade, contraprestação, parentesco e reciprocidade, o que remeteria ao conceito de comunidade. Tais comunidades, ao monitorarem este espaço físico, delimitando áreas e colocando placas, proibindo o depósito de lixo, estariam desenvolvendo uma postura de autogestão. Logo, são os protagonistas daquele espaço e utilizam-se de conhecimentos adquiridos e transmitidos de acordo com a experiência com o lugar.

Notamos também, que ao longo da Praiaira do Pôr-do-sol os marismas são preservados justamente nas áreas em que os pescadores artesanais desenvolvem alguma atividade. Para eles, preservar os marismas é importante, porque em dias de enchente na laguna as embarcações ficam mais seguras e não colidem com as rochas.

Inseridos no espaço urbano do município estas comunidades tradicionais se obrigam a conviver com problemas típicos da cidade. A poluição é visível na margem da laguna e é proveniente de esgoto doméstico e lixo. Diante disso, observamos com frequência os pescadores artesanais limpando a orla da laguna.

A violência urbana também atinge essas comunidades. As embarcações são acorrentadas para evitar furto e diariamente os pescadores têm que carregar todo material de pesca das suas residências até a Praiaira do Pôr-do-sol. Também são frequentemente assaltados e agredidos.

Dentro da laguna estes agentes entram em conflito com pescadores eventuais e pescadores industriais. Os pescadores eventuais utilizam redes impróprias que capturam o pescado de tamanho abaixo do regulamentado pelo IBAMA e não respeitam os períodos de safra. Já os pescadores industriais, com suas grandes embarcações, pescam ilegalmente na Laguna dos Patos, ou nas proximidades dos molhes da Barra de Rio Grande com redes de arrasto extremamente predatórias o que prejudica safras futuras. Entretanto, a fiscalização age prioritariamente sobre o pescador artesanal, muitas vezes de forma agressiva.

Os saberes tradicionais dos pescadores artesanais deste lugar não são considerados para desenvolver uma política efetiva que permita o desenvolvimento sócio-ambiental. Diante disso, os mesmos não querem mais perpetuar suas gerações enquanto pescadores. Isto representa uma grande perda socio-ambiental, pois além de extinguir modos de vida tradicionais extremamente relevantes no que se refere a identidade, ocorre o total abandono do lugar, tendo em vista que o mesmo perde aqueles agentes que possuíam relações de pertencimento e adotavam técnicas não tão predatórias.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Diante do exposto no artigo, acreditamos que o desenvolvimento da pesca artesanal não deve seguir o viés desenvolvimentista, que pretende municiar pescadores de embarcações e apetrechos que servem para aumentar o esforço de captura. Isto porque sabemos que os recursos naturais são finitos, e que esta postura quando foi tomada nos anos 60 a favor da pesca industrial, foi responsável pelo esgotamento dos estoques pesqueiros e teve resultados perversos sobre a figura do pescador artesanal.

Entendemos também, que o viés do desenvolvimento sustentável só vem mascarar o objetivo sempre presente de desenvolvimento econômico. No caso do Fórum da Lagoa dos Patos, destacamos que é um espaço importante, porém deveria considerar os saberes tradicionais e dar espaço ao pescador enquanto protagonista da atividade pesqueira artesanal e não somente sua figura institucional – as associações e colônias de pescadores.

Defendemos não só para os pescadores da Praiaira do Pôr-so-sol, mas para todas comunidades tradicionais existentes no entorno da Laguna dos Patos a adoção do conceito de ecodesenvolvimento. Isto faz com que seja possível aos pescadores artesanais se perpetuarem como comunidades tradicionais detentoras de saberes ecológicos extremamente relevantes.

Uma medida possível seria priorizar a esses grupos o acesso a área defenida por lei como de proteção permanente, bem como aos recursos da laguna. A evolução de um trabalho sério entre órgãos gestores ambientais e os pescadores artesanais poderia conceder a essas áreas a condição de reserva extrativista marinha, o que permitiria ao pescador se reproduzir como pescador e também preservar o ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSO, L. A. **Desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental das cidades.** In. SUERTEGARAY, D. M. A. Et. *Al Ambiente e Lugar no Urbano: Grande Porto Alegre.* P. Alegre. Ed. Da UFRGS: 2000. pp. 375-409.
- CONTRIN, D. S. **Agroecologia, Sustentabilidade e os Pescadores Artesanais. O Caso de Tramandaí (RS).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS, 2008.
- DIEGUES, A. C. **A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil.** Etnográfica - Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social, Vol. III. N2. pp. 361 – 375, 1999.
- GONÇALVES, C. W. P. **A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas.** In. SANTOS, M. (Et. Al.) *Território, Territórios. Ensaio sobre Ordenamento territorial.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. pp. 375-409.
- KALIKOSKI, D. C.; SILVA, P. P. **Avanços e desafios na implementação de gestão compartilhada no Brasil: lições comparativas do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) e da Resex Marinha de Arraial do Cabo (RJ)** In. COSTA, A. L. *Nas redes da pesca artesanal.* Brasília: IBAMA, 2007. pp. 115-15.
- LAYRAGUES, P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** Resvista Proposta, FASE. N. 71, p-5-10, fev. 1997.
- LIMA, G. C. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável.** Revista Política e Trabalho N.13. pp. 201-222, 1997.
- MARTINS, C. A. A.; SILVA, S. M. V. (orgs.). *CaderNAU : Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas - Edição especial: o município do Rio Grande em dados - FURG. - v.1 n.1 (2007).* - Rio Grande: Editora da FURG, 2007.
- PASQUOTTO, V. F. **Comercialização, políticas públicas e reprodução social na pesca artesanal.** In. COSTA, A. L. *Nas redes da pesca artesanal.* Brasília: IBAMA, 2007. pp. 225- 239.
- PROST, C. **Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso do norte e nordeste do Brasil.** GeoTextos – Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, Vol. III, Ano 3, pp. 134-169, Bahia, 2007.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico.** RJ, Zahar, 1971.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SOUZA, M. A. A. & PIT, C. **Eficiência econômica e sustentabilidade ecológica da pesca artesanal no estado do Rio Grande do Sul.** Anais do 4º Encontro de Economia Gaúcha. PUC, Porto Alegre – RS, 2008.